Bloco de Esquerda

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

	Expeça - se
☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)	**Publique - se**
☒ **PERGUNTA** Número 551 / XVII (1 .ª)	2025-10-24

O Secretário da Mesa

German a Rocha (Assinatura Qualificada) Signed by: Germana Rocha (Assinatura Qualificada) Date: 2025-10-24 10:27:21 +01:00

Assunto: Incumprimento dos EUA perante os trabalhadores portugueses na Base das Lajes

Destinatário:Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Segundo a Comissão Representativa dos Trabalhadores Portugueses na Base das Lajes (CRT), os trabalhadores portugueses que desempenham funções para as Forças dos Estados Unidos da América nos Açores (USFORAZORES), presentes na Bases das Lajes, estão sob “furlough”, uma norma prevista na legislação dos EUA que interrompe o pagamento aos trabalhadores por falta de aprovação orçamental e que não tem qualquer enquadramento legal em Portugal.

No passado dia 10 de outubro, e segundo a CRT, os trabalhadores portugueses da Bases das Lajes foram confrontados com a falta de pagamento no seu vencimento relativo aos primeiros três dias do corrente mês.

No dia 22 de outubro, os trabalhadores ficaram a saber, através da consulta dos recibos de vencimento, que também não iriam receber qualquer remuneração referente aos quinze dias seguintes.

Recorde-se que estes trabalhadores auferem o salário de quinze em quinze dias e nada fazia prever tal cenário, ainda para mais quando esta norma não é permitida em Portugal e devia estar protegida pelo atual acordo bilateral.

Segundo a presidente da CRT, não existe qualquer previsão de quando é que estes dias de salário em atraso serão efetivamente pagos.

Apesar deste cenário, estes trabalhadores têm de se apresentar ao serviço, porque não há qualquer forma de justificar a sua ausência devido a esta situação.

A ausência de pagamento de dias de trabalho aos trabalhadores da Base das Lajes por parte dos Estados Unidos da América é vergonhosa e atentatória aos direitos destes trabalhadores e

não tem qualquer fundamento legal.

Esta não é uma situação isolada em prejuízo dos direitos destes trabalhadores. Em 2024, treze trabalhadores portugueses que trabalhavam para o estado norte-americano na Base das Lajes auferiam abaixo do salário mínimo, um claro incumprimento da lei portuguesa, situação que é recorrente apesar dos alertas dos próprios trabalhadores e do parlamento dos Açores.

É por isso urgente que o Governo da República exija de forma assertiva e imperativa o pagamento aos trabalhadores portugueses da Base das Lajes e que os seus direitos sejam sempre garantidos, recorrendo aos mecanismos legais previstos no âmbito do acordo bilateral entre Portugal e os EUA e recorrendo às vias diplomáticas.

Acresce a este problema a falta de atualização salarial dos trabalhadores portugueses e a incerteza quanto ao futuro dos trabalhadores precários, também denunciadas pela CRT.

A CRT denunciou recentemente a "grave situação laboral, marcada pela falta de aumento salarial, paralisação da Comissão Laboral e a incerteza sobre o futuro dos trabalhadores temporários".

Acrescentando ainda a sua preocupação pela ausência de reuniões da Comissão Bilateral, da qual não há notícias públicas desde maio de 2024 aquando da 51ª reunião, previstas no âmbito do Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, fundamentais na resolução de matérias laborais e diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América.

Segundo a CRT deveria ter tido lugar uma reunião da comissão laboral, "agendada e não realizada em 29 de setembro de 2025".

Pela primeira vez em vários anos, os mais de 420 trabalhadores em regime permanente não receberam qualquer aumento, segundo os representantes dos trabalhadores.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Ministério da Defesa Nacional, as seguintes perguntas:

1. Que diligências já efetuou o Governo da República junto da administração dos EUA para tentar resolver esta situação?

2. Que garantias pode o Governo da República dar aos trabalhadores quanto à regularização dos seus salários, incluindo o pagamento de retroativos, tendo em conta a legislação em vigor em Portugal? Quando prevê que seja efetuado o pagamento dos dias de salário em atraso?

3. Que motivos levaram à não realização da reunião da Comissão Laboral que estava prevista para o passado dia 29 de setembro?

4. De que entidade partiu a iniciativa de cancelar ou adiar a reunião da Comissão Laboral que estava prevista para o passado dia 29 de setembro? (solicita-se cópia da comunicação escrita que levou a esta decisão)

5. No ano de 2025, em que datas reuniu a Comissão Laboral, e para quando está prevista a próxima reunião da Comissão Laboral?

6. O Governo Regional confirma que a última reunião da Comissão Bilateral entre Portugal e os EUA se realizou em maio de 2024?

7. Quais os motivos que levaram ao incumprimento da periodicidade normal das reuniões da Comissão Bilateral entre Portugal e os EUA?

8. Para quando está prevista a próxima reunião da Comissão Bilateral entre Portugal e os EUA?

Palácio de São Bento, 23 de Outubro de 2025

Deputado(a)s

ANDREIA GALVÃO(BE)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.